

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 20\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para cubrir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País...	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países ...	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO Por cada duas páginas...	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

Portaria n.º 41-A/85:

Fixa novo preço de venda ao público do açúcar granulado.

atas e balancetes diversos.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

Secretaria de Estado do Comércio e Turismo

Portaria n.º 41-A/85

de 13 de Julho

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Secretário de Estado do Comércio e Turismo, o seguinte:

1.º A venda do açúcar granulado está sujeita ao regime de preços máximos a que se referem a alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 23/84, de 16 de Junho.

2.º O preço máximo de venda do açúcar granulado, à porta dos armazéns do grossista e em sacos de 50 quilogramas, é de 36\$ por quilograma, incluindo o custo da respectiva embalagem.

3.º O preço máximo de venda ao público do açúcar granulado é de 40\$ por quilograma.

4.º A margem da comercialização do retalhista é fixada em 4\$ por quilograma.

5. Fica revogada a Portaria n.º 2/81, de 24 de Janeiro.

6. Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, 10 de Julho de 1985. — O Secretário de Estado, *Virgílio Fernandes*.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

SITA — Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L

Relatório do Conselho de Administração.

Senhores Accionistas.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação e eventual aprovação de V. Ex.ªs o Balanço e as Contas relat vos ao exercício de 1984.

Para além do cumprimento dum imperativo legal, esta assembleia oferece-nos a oportunidade de vos dar a conhecer, embora sucintamente, os factos mais relevantes desta jovem empresa industrial desde a sua criação, em 28 de Outubro de 1983, às vésperas da sua entrada em funcionamento, prevista para todo o mês de Março do corrente ano.

1. *Actividade Desenvolvida na Fase de Construção e Montagem.*

Como é do conhecimento dos Senhores Accionistas, a SITA — Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L, foi criada por escritura pública de 28/10/83, estando os respectivos estatutos publicado no *Boletim Oficial* n.º 44/83.

A actual Administração que foi eleita em Assembleia-Geral realizada nesta cidade no próprio dia de criação da sociedade, entrou imediatamente em funções, tendo to-

mado um conjunto de medidas atinentes à realização do objecto social da empresa — a produção de tintas, vernizes e colas.

Entre as acções desenvolvidas, destacam-se, pela sua importância, as seguintes:

a) Assinatura do Contrato de Transferência de «KNOW-HOW» e de Assistência Técnica.

Dado que o sucesso desta indústria depende fortemente da boa qualidade dos produtos manufaturados, uma das preocupações da direcção da empresa foi assegurar as melhores condições de apoio tecnológico e na formação de pessoal especializado, o que culminou com a celebração, em 28/11/83, dum contrato com a CIN — Corporação Industrial do Norte, Ld.ª, empresa portuguesa altamente especializada no fabrico de tintas e produtos afins, mediante o pagamento dum direito de licença, calculado em função do volume de vendas.

Nos termos do citado contrato, a CIN concede a SITA uma licença exclusiva para o fabrico e venda na República de Cabo Verde, de tintas, colas, vernizes e produtos afins, e atribui a SITA a qualidade de distribuidor exclusivo dos produtos CIN no nosso país. Além doutros pormenores contempla ainda o contrato, a obrigatoriedade da CIN fornecer todas as informações necessárias referentes a formulações, processos de fabrico e métodos de aplicação, bem como a assistência dos seus técnicos na instalação e arranque da fábrica, preparando localmente o pessoal dirigente e técnico.

b) Preparação do pessoal:

No reconhecimento do papel preponderante da qualidade do factor humano na vida duma empresa, foi atribuída à formação e treinamento do pessoal adequada atenção, apesar das naturais dificuldades deparadas no recrutamento de pessoal preenchendo os requisitos mínimos para o exercício de funções específicas na empresa, o que se deve à escassez do nosso incipiente mercado de trabalho em determinadas, qualificações, nomeadamente nas áreas da organização e planeamento industrial, da gestão financeira e da organização contabilística, daí resultando uma grande instabilidade dos quadros superiores e intermédios das empresas, com todas as consequências decorrentes.

No caso concreto da SITA, foi logo de início definido um programa de formação e treinamento de pessoal, nas áreas contabilística, financeira, da produção e da marketing, quer na CIN, como estipulado no contrato, quer gratuitamente na Shell de Cabo Verde, em S. Vicente. Assim o Director-Geral e o Director da Produção e o Chefe dos Serviços Administrativos e Financeiros e o Afundador de Cores, beneficiaram de estágios nessas duas empresas, devendo o Assistente-Técnico, recentemente admitido, seguir para Portugal, onde, na CIN, receberá treinamento adequado.

A crucial questão da segurança industrial não foi descurada, fazendo todo o pessoal da SITA participar num curso intensivo sobre o tema, gentilmente proporcionado pela Shell, um dos maiores acionistas privados.

c) Construção do Edifício Fabril.

Preparado o caderno de encargos e especificações técnicas, foi aberto o concurso público para a construção do edifício fabril e obras complementares, tendo a adjudicação da empreitada recaído na MAC — Empresa Pública de Materiais de Construção pelo montante de 10 481 contos. Para obviar a eventuais desentendimentos com o empreiteiro, as obras foram regularmente fiscalizadas por um engenheiro da especialidade, para o efeito contratado, o que explica, de certo modo, o fraco peso das anomalias constatadas pela Comissão de Recuperação da empreitada de construção da fábrica e que estão sendo corrigidas pela empresa adjudicatária.

d) Aquisição de Equipamentos:

Constituindo a selecção, a escolha e a adequação dos equipamentos aos objectivos de produção uma área bastante sensível na implementação de qualquer projecto industrial a Administração da empresa procurou rodear-se de todas as cautelas, de forma a, tanto quanto possível, evitar o sobreequipamento nesta fase inicial, em que a influência dos encargos fixos é preponderante nos gastos gerais de exploração.

Uma das fórmulas utilizadas foi a aquisição dos equipamentos em lotes ou «packages», tendo sido cometida a CIN a tarefa de coordenação e controle de qualidade. Aspecto importante a assinalar é que a montagem dos equipamentos todos os trabalhos de electrificação foram executados por uma empresa nacional — a MATEC, coadjuvada por pessoal fabril.

e) Financiamento do Projecto:

O montante dos investimentos inicialmente previsto no estudo de viabilidade económica rondava os 65 000 contos. Porém, uma nova avaliação de cada componente do projecto, conjugada com os efeitos benéficos da concorrência entre as firmas construtoras, permitiu que o seu custo global se situasse em 55 000 contos.

Trata-se dum projecto que não depara, praticamente com dificuldades financeiras na sua fase de execução, dado que foi concebido com uma boa estrutura financeira, com os capitais próprios a cobrir 63% do valor global dos investimentos, incluídos, como é obvio, as matérias-primas as embalagens e um confortável fundo de maneio destinado aos primeiros meses de laboração.

Para completar o financiamento, foi contratado no Banco de Cabo Verde, depois de demoradas negociações, um empréstimo de 20 000 contos, à taxa de 8,5% num prazo total de 5 anos e 6 meses, amortizável em 10 prestações de capital e juros, semestrais e sucessivas de 2 497 contos cada. Para a concessão desse empréstimo, exigiu o Banco de Cabo Verde que a Sociedade construísse a seu favor como garantia das obrigações pecuniárias assumidas, penhor mercantil sobre o equipamento, bem como a de hipoteca em primeiro grau sobre as instalações fabris existentes e promessa de consignação de rendimentos, com eficácia real. Esclarece-se que a garantia de hipoteca não se encontra ainda satisfeita, dado que não está definitivamente resolvido o processo de aquisição do terreno onde está instalada a fábrica, cujo aforamento foi prometido pelo Município, conforme o respectivo contrato-promessa celebrado em 13 de Janeiro de 1984.

2 Arranque e Lançamento da Produção:

No momento em que finalizámos este relatório, já se encontram as instalações fabris praticamente prontas, estando-se agora a proceder aos retoques finais. Os ensaios e o arranque da produção estão previstos para o mês de Março, de forma a permitir o lançamento dos produtos no mercado nos primeiros dias de Abril.

3. Considerações Finais:

Vencidas as dificuldades iniciais, que são normais num meio ainda sem tradição industrial, pôde a Administração realizar o projecto num período de tempo razoável, graças à boa programação e oportuna execução de todas as fases de trabalho. Para a realização do projecto encontramos sempre o apoio e compreensão de muitos organismos e serviços públicos, merecendo referência especial a Direcção-Geral do Comércio, a Direcção-Geral das Alfândegas e o Banco de Cabo Verde, para os quais vão os nossos agradecimentos.

Desejamos também deixar aqui expreso os nossos agradecimentos a todo o pessoal fabril pela sua franca participação durante a fase de construção.

O Conselho de Administração, António Lopes Canuto (Presidente) — Tiófilo Figueiredo Silva, (Vice-Presidente) — Manuel Jesus do Nascimento Delgado, (Ad.º. p. p. Estado).

Balanço da «SITA - cidade Industrial de Tintas, S.A.R.L.» em 31 de Dezembro de 1984

Código das contas		Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido	Código das contas	Passivo	Passivo e sit. líquida
	Disponibilidades:					Débitos a curto prazo:	
11	Caixa...	16 080\$90		16 080\$90	235	Empréstimos bancários...	4 622 000\$00
12	Depósito à ordem...	503 041\$60		503 041\$60	24	Sector Público Estatal...	37 349\$00
		519 122\$50		519 122\$50			
	Crédito a curto prazo...				26	Outros credores...	1 401 220\$00
233	Outros empréstimos concedidos...	18 144\$00		18 144\$00		Total do passivo	6 060 569\$00
251	Accionistas e associação c/gerais...	4 940 000\$00		4 940 000\$00			
26	Outros devedores...	4 995 562\$00		4 995 562\$00			
		9 953 706\$00		9 953 706\$00		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
	Existências:					Capital:	
32	Mercadorias...	136 926\$50		136 926\$50	52	Capital social...	35 000 000\$00
	Imobilizações corpóreas:	136 926\$50		136 926\$50		Total da sit. líquida...	35 000 000\$00
425	Material de carga e transporte...	700 000\$00	140.000\$00	560 000\$00			
426	Equipamento administrativo e social e mob. diverso...	471 046\$00	69 750\$70	401 265\$30			
429	Outras imobilizações corpóreas...	5 500\$00	550\$00	4 950\$00			
		1 176 546\$00	210 330\$70	966 215\$30			
	Imobilizações corpóreas:						
432	Propriedade industrial, outros direitos e cont.	1 594 229\$50		1 594 229\$50			
433	Gastos de instalação e expansão...	2 265 663\$00		2 265 663\$00			
		3 859 892\$50		3 859 892\$50			
	Imobilizações em curso:						
441	Obras em curso...	25 176 389\$90		25 176 389\$90			
	Imobilizações, c/adiantamentos...	448 316\$30		448 316\$30			
		25 624 706\$20		25 624 706\$20			
	Total das amortizações...		210 330\$70				
	Total do activo...	41 270 899\$70	210 330\$70	41 060 569\$00		Total do passivo+sit. líquida...	41 060 569\$00

O Técnico de Contas,
José Ricardo Vaz Fernandes

O Conselho de Administração,
António Lopes Canuto (Presidente)
Tiófilo Figueiredo Almeida Silva (Vice-Pres.)
Manuel Jesus do Nascimento Delgado (Ad.^o p.
p. do Estado)

Demonstração dos resultados líquidos da «SITA — Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.» em 31 de Dezembro de 1984

Código da conta						
61	Compras:				71	Vendas de mercadorias e produtos
611	Mercadorias	317 798\$00			711	Mercadorias
612	Matérias primas, sub. e de consumo	270 445\$70				
		<u>588 243\$70</u>			72	Prestações de Serviços
	Existências finais:				73	Trabalhos para a própria empresa ...
32	Mercadorias	-136 926\$50	451 317\$20			
63	Fornecimentos e Serviços de Terceiros	942 139\$30				
641	Impostos — indirectos	34 977\$00	977 116\$30	1 428 433\$50		
642	Impostos — directos	2 000\$00				
65	Despesas com o Pessoal	1 419 173\$00				
66	Despesas financeiras	91 519\$40	1 512 692\$40			
68	Amortizações e Reint. do exercício..		210 330\$70	1 723 023\$10		
82	Perdas extraordinárias do exercício			625\$00		
				<u>3 152 081\$60</u>		3 152 081\$60

O Conselho de Administração, *António Lopes Canuto*, Presidente — *Teófilo Figueiredo Almeida Silva*, Vice-Presidente — *Manuel Jesus do Nascimento Deigado*, Ad.º p. p. do Estado — *José Ricardo Vaz Fernandes*, técnico de contas.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos legais e estatutários, analisámos os documentos que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

Da análise desses documentos, verificamos que a Contabilidade, o Balanço e as Contas reflectem, correctamente a situação patrimonial e financeira da Empresa, com estrita observância das disposições legais. De realçar ainda que as contas foram auditées por um especialista na matéria, o que merece o nosso aplauso, por ainda não ser hábito entre nós a prática salutar de verificação da contabilidade por peritos independentes, mas que acabará um dia por se impôr como rotina nas nossas empresas societárias.

Por outro lado acompanhámos sempre de muito perto as actividades da empresa na sua fase de arranque, inteirando-nos dos actos da Administração, da qual obtivemos sempre, a melhor colaboração.

A concluir somos de parecer que aproveis o Relatório, Balanço e as Contas apresentadas pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 1984.

Praia, 15 de Fevereiro de 1985. — O Conselho Fiscal.

— o —

MINISTERIO DA HABITAÇÃO
E OBRAS PÚBLICAS

— — — — —

Empresa Estatal de Construção, E. P.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1982

RELATÓRIO

1. Considerações gerais:

A actividade da Empresa em 1982, desenvolveram-se, à semelhança dos anos anteriores na construção de edifícios de habitação, escolares, de escritórios e algumas instalações industriais, tendo-se iniciado a primeira experiência no domínio do saneamento básico.

Embora com uma margem líquida relativamente baixa (da ordem dos 3%), verifica-se um aumento significativo da rentabilidade da Empresa em relação ao exercício de 1981, invertendo portanto a tendência decrescente verificada de 1980 para 1981.

2. Facturação:

O valor dos trabalhos realizados durante o exercício económico de 1982 registou uma expansão de 46,7% a

preços correntes, em relação a 1981, verificando-se por outro lado uma diminuição no valor das obras adjudicadas relativamente ao mesmo ano.

O principal cliente foi o Estado e outras entidades do sector público, pertencendo aos privados um papel de fraca relevância.

3. Situação Económica:

A posição económica da empresa (a preços correntes) para o ano de 1982 caracterizou-se pela obtenção de resultados líquidos positivos de 8 505 contos, cerca de sete vezes superiores aos fracos resultados de 1981, mas muito aquém dos resultados de 1980.

A empresa demonstrou ser de grande importância económica, contribuindo para a economia caboverdiana com um valor acrescentado bruto de 120 234 contos, valor esse equivalente a 56% do valor dos trabalhos executados, para além do facto de grande parte da sua produção se destinar à formação bruta de capital fixo.

No ano de 1982, a empresa dispendeu elevadas somas com mão de obra excedentária, na ilha de Santiago, tendo iniciado no segundo semestre do mesmo ano um processo de redução de pessoal.

Esses excessivos encargos com a mão de obra determinaram fracos níveis de produtividade e a baixa rentabilidade da empresa.

4. Situação Financeira:

A empresa demonstrou uma melhoria na satisfação dos seus compromissos de curto prazo, apesar de ainda revelar uma situação pouco satisfatória. A rubrica clientes atingiu 43% do seu activo, tendo-se dilatado bastante durante o exercício, o que é indicador de sérias dificuldades na tesouraria.

A empresa conseguiu um nível de autofinanciamento superior ao de 1981, mas inferior ao de 1980. O autofinanciamento representou 9,7% do valor dos trabalhos realizados, demonstrando possuir a empresa certa capacidade de libertação de meios líquidos.

5. Investimentos:

O imobilizado corpóreo da Empresa em 1982 encontrava-se amortizado em cerca de 38% revelando necessidade de renovação do parque de equipamento.

A Empresa possuía em 1982 um volume de imobilização em curso (para ela própria) de 27 526 contos, em que 88% era constituído por Edifícios e Outras Construções, correspondentes aos Armazéns e Oficinas da Achada Grande na ilha de Santiago e às Instalações de Chá de Cemitério na ilha de S. Vicente.

Praia, 25 de Março de 1985. — O Director-Geral, Manuel Inocêncio Sousa.

Balanco analítico

Código das contas	ACTIVO	Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido	Código das contas	PASSIVO	Passivo e situação líquida
	Disponibilidades:					Débitos a curto prazo:	
11	Caixa	148 933\$70		148 933\$70	211	Clientes c/c	263 194\$00
12	Depósitos à ordem	2 863 356\$90		2 863 356\$90	219	Adiantamentos de clientes	42 243 449\$40
		3 012 290\$60		3 012 290\$60	221-228	Fornecedores, c/gerais	25 583 012\$40
					223	Fornecedores, c/letras e outros títulos a pagar	—\$—
	Créditos a curto prazo:				226	Fornecedores, c/facturas em recepção e conferência... ..	—\$—
13	Depósito com aviso prévio	—\$—		—\$—	235	Empréstimos bancários	58 651 964\$60
14	Depósito a prazo	—\$—		—\$—	236	Empréstimos de sócios	—\$—
211+216-218	Clientes, c/gerais	95 015 169\$40	1 160 000\$00	93 855 169\$40	237	Empréstimos de associadas	—\$—
213	Clientes, c/letras e outros títulos a receber... ..	—\$—		—\$—	238	Empréstimos por obrigações... ..	—\$—
		600\$00		600\$00	239	Outros empréstimos obtidos... ..	1 500 000\$00
221	Fornecedores, c/c	1 547 664\$10		1 547 664\$10	24	Sector público estatal	12 157 607\$20
229	Adiantamentos a fornecedores	—\$—		—\$—	255+257	Sócios (ou Accionistas), c/gerais.	—\$—
232	Empréstimos a associadas	—\$—		—\$—	256+258	Associadas, c/gerais	—\$—
231+233+234	Outros empréstimos concedidos	540 762\$00		540 762\$00	261	Credores por fornecimentos de imobilizado, c/c	18 827 524\$60
24	Sector público estatal	1 289\$00		1 289\$00	262	Cred. por fornec. de imob.º, c/letras e outros títulos a pagar...	—\$—
251+253+257	Sócios (ou Accionistas), c/gerais.	—\$—		—\$—	263 a 269	Outros credores, c/gerais	1 368 047\$90
252+254+258	Associadas, c/gerais... ..	—\$—		—\$—	28	Provisões para impostos sobre os lucros.. ..	—\$—
26	Outros devedores	9 833 839\$10		9 833 839\$10	292	Provisões para riscos e encargos.	—\$—
		106 939 323\$60	1 160 000\$00	105 779 323\$60			160 594 800\$10
	Existências:					Débitos a médio e longo prazo:	
32	Mercadorias.. ..	—\$—		—\$—		Proveitos antecipados:	
33	Produtos acabados e semiacabados.	792 995\$30		792 995\$30	27	Receitas antecipadas	—\$—
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	68 224\$00		68 224\$00		Total do passivo	160 594 800\$10
35	Produtos e trabalhos em curso	10 624 365\$70		10 624 365\$70		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	21 853 400\$80	2 044 860\$00	19 808 540\$80		Capital e prestações suplementares:	—\$—
37	Embalagens comerciais retornáveis	—\$—	—\$—	—\$—	51	Capital estatutário	41 442 090\$60
		33 338 985\$80	2 044 860\$00	31 294 125\$80	52/54	Prestações suplementares	—\$—
	Créditos a médio e longo prazo:				53		41 442 090\$60
	Imobilizações financeiras:						
411	Participações de capital em associadas.. ..						
412	Participações de capital noutras empresas... ..						
413	Participações de capital na própria empresa						
415 a 418	Obrigações e outros títulos						
419	Outras imobilizações financeiras...						

Imobilizações corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais... ..	111 402\$80	—\$—	111 402\$80		
422	Edifícios e outras construções...	14 442 573\$20	2 511 317\$80	11 931 255\$30		
423	Equipamentos básicos e outras máquinas e instal.	40 540 514\$30	16 228 640\$40	24 311 873\$90	551	Reserva geral
424	Ferramentas e utensílios	3 002 093\$40	1 461 196\$50	1 540 896\$90	552	Reserva para investimentos... ..
425	Material de carga e transporte...	22 074 841\$50	10 949 102\$70	11 125 738\$80	553	Reservas para fins sociais
426	Equip. administrativo e social e mobiliário diverso... ..	5 951 317\$80	1 876 854\$60	4 074 463\$20	556	Reserva legal
427	Taras e vasilhame	7 500\$00	—\$—	7 500\$00	557	Reservas reinvestidas
429	Outras imobilizações corpóreas...	18 263\$20	2 432\$00	15 831\$20	559	Reservas estatutárias
		86 148 506\$20	33 029 544\$10	53 118 962\$10	561	Reservas especiais — Subsídios de equipamento
					562 a 569	Outras reservas especiais
Imobilizações incorpóreas:					57	Reserva de reavaliação de imobilizações... ..
431	Trespases				58	Reservas livres
432	Propriedade industrial, outros direitos e contratos					
433	Gastos de instalação e expansão.					
439	Outras imobilizações incorpóreas.					
Imobilizações em curso:						
441 a 448	Obras em curso... ..	27 526 166\$95		27 526 166\$95		
449	Imobilizações, c/adiantamentos ...	—\$—		—\$—		
		27 526 166\$95		27 526 166\$95		
Custos antecipados:						
27	Despesas antecipadas	42 765\$80		42 765\$80		
471	Conservação plurienal	—\$—	—\$—	—\$—	28	Provisões para impostos sobre os lucros... ..
472 a 479	Outros custos plurienais	187 013\$00		187 013\$00		Resultados líquidos depois dos impostos
		229 778\$60		229 778\$60		
	<i>Total de provisões</i>		3 204 860\$00		89	Dividendos antecipados:
	<i>Total de amortizações e reintegrações</i>		33 029 544\$10			
	<i>Total do activo</i>	257 195 051\$75	36 234 404\$10	220 960 647\$65		<i>Total da situação líquida</i>
						<i>Total do passivo e da situação líquida</i>
						8 505 038\$10
						—\$—
						10 418 718\$85
						—\$—
						10 418 718\$85
						8 004 201\$80
						(280 897\$70)
						781 734\$00
						8 505 038\$10
						—\$—
						—\$—
						60 365 847\$55
						220 960 647\$65

Mapa de origem e aplicação de fundos — exercício de 1982

Origem dos fundos			Aplicação dos fundos		
Internas			Investimentos		
Resultado Líquido	3 505 038\$10		Trabalhos de empresa para ela própria	9 347 402\$00	
Amortização e Reint. Exerc. ...	11 561 893\$90		Aquisição de imobilizações ...	5 617 507\$60	14 964 909\$60
Variação Provisões	(1 470 137\$00)	13 596 795\$00	Aumento dos fundos circu- lantes	3 631 885\$40	3 631 885\$40
Externas	—\$—	—\$—			
		18 596 795\$00			18 596 795\$00

**MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO
E OBRAS PÚBLICAS**

Gabinete do Ministro

DESPACHO

1. Aprovo o relatório e contas da EMEC — Empresa Estatal de Construção — E. P., referentes ao exercício de 1982.

2. Sejam publicados no *Boletim Oficial* e no *Jornal «Voz do Povo»* os documentos de prestação de contas e o presente despacho.

Ministério da Habitação e Obras Públicas, 7 de Maio de 1985. — O Ministro, *Tito Ramos*.

(144-A)

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde

Alfândega da Praia

EDITAL

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1983, são por este meio notificados o dono, consignatário ou demais interessados, a despachar a seguinte mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de, não o fazendo, ser a mesma vendida em hasta pública.

1 caixa com objectos de uso pessoal, vinda no n/m «Cabo Bojador», entrado neste porto em 10 de Setembro de 1983, sob a c/m fiscal n.º 79/83 e o conhecimento de embarque n.º 98, de Lisboa, objecto do processo administrativo n.º 36/85, com a marca A.E.

E, para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 29 de Junho de 1985. — O Director, *Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*.

(145-A)

EDITAL

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1983, são por este meio notificados o dono, consignatário ou demais interessados, a despachar a seguinte mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de, não o fazendo, ser a mesma vendida em hasta pública.

1 cartão com objectos de uso pessoal, vindo no n/m «Cabo Bojador», entrado neste porto em 14 de Novembro de 1983, sob a c/m fiscal n.º 105/83 e o conhecimento de embarque n.º 1, de Lisboa, marca STM, objecto do processo administrativo n.º 41/85.

E, para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 29 de Junho de 1985. — O Director, *Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*.

(146-A)

EDITAL

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1983, é por este meio notificada a firma, *Camilo Pires Monteiro, & Filhos, Limitada*, na qualidade de consignatária, a despachar a seguinte mercadoria, no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei.

12 fardos de tecidos, vindos de Lisboa, no navio a motor «Mindelo», entrado neste porto em 11 de Julho de 1983, sob a contramarca fiscal n.º 72/83 e o conhecimento de embarque n.º P-15, de Lisboa objecto do processo administrativo n.º 45/85.

E, para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 29 de Junho de 1985. — O Director, *Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*.

(147-A)